

Termo de Referência 32/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
32/2025	926753-CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-SP	GRAZIELLA PAULA ATUM DORTA	02/04/2025 11:38 (v 8.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	115/2025	021/2025

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de seguro predial para imóveis do Core-SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATSER	Descrição	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Total Estimado
		Corretagem – Seguro - contratação de empresa especializada no fornecimento de seguro predial para cobertura dos bens móveis e imóveis do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo – Core-SP, totalizando a quantia de 19 (dezenove) imóveis próprios e locado, com cobertura para os possíveis danos ou perda			

01	906	total que venham a ser causados, como por exemplo: incêndio; queda de raio e explosão de qualquer natureza; assistência empresarial; danos elétricos e curto-circuito; perda ou pagamento de aluguel; responsabilidade civil – geral; quebra de vidros; recomposição de documentos; equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração; impacto de veículo e queda de aeronaves.	01	Serviço	R\$ 22.956,35
----	-----	---	----	---------	---------------

## 1.2. DOS LOCAIS A SEREM SEGURADOS

**1.2.1. Sede Brigadeiro – Casa do Representante** – Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 613 - Térreo e 5º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01317-000.

Coberturas Básicas	LMI	Prêmio Líquido
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 3.000.000,00	R\$ 293,15
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 250.000,00	R\$ 518,28
Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 200.000,00	R\$ 19,76
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 300.000,00	R\$ 406,50
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 184,28
Recomposição de Documentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 18,06

Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 200.000,00	R\$ 562,56
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 250.000,00	R\$ 126,58
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 300.000,00	R\$ 406,50

- O valor da franquia não poderá ser superior à 15% do valor do prejuízo

**1.2.2. Sede – Alameda – Park Lane** – Alameda Santos, 1787 - 6º andar - Conj. 61 - Cerqueira César - SP - CEP: 01419-906.

Coberturas Básicas	LMI	Prêmio Líquido
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 1.000.000,00	R\$ 135,63
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 50.000,00	R\$ 112,36
Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 100.000,00	R\$ 19,58
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 300.000,00	R\$ 440,65
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 199,76
Recomposição de Documentos.	R\$ 100.000,00	R\$ 19,58
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 100.000,00	R\$ 333,87
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 27,44
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 300.000,00	R\$ 408,01

- O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.

**1.2.3. Setor Arquivo – Campinas – Banco de São Paulo –** Rua Ferreira Penteado, 709 - 1º andar - salas: 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 - Centro - Campinas - SP - CEP: 13010-041.

Coberturas Básicas	LMI	Prêmio Líquido
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 1.000.000,00	R\$ 135,63
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 50.000,00	R\$ 112,36
Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 100.000,00	R\$ 19,58
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 300.000,00	R\$ 440,65
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 199,76
Recomposição de Documentos.	R\$ 100.000,00	R\$ 19,58
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 100.000,00	R\$ 333,87
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 27,44
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 300.000,00	R\$ 440,65

- O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.

**1.2.4. Seccional Campinas – Life Town –** Rua dos Alecrins, 914 – 3º andar – salas: 303, 304, 305 e 306 – Cambuí – Campinas – SP – CEP: 13024-411.

Coberturas Básicas	LMI	Prêmio Líquido
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 1.500.000,00	R\$ 168,36
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 50.000,00	R\$ 104,42

Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 100.000,00	R\$ 18,20
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 300.000,00	R\$ 409,51
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 185,64
Recomposição de Documentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 18,20
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 100.000,00	R\$ 310,28
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 25,50
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 300.000,00	R\$ 409,51

- O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.

**1.2.5. Seccional Bauru – Metropolitan Square** – Rua Luso Brasileira, 4-44 - 4º andar - salas: 411 e 412 - Jardim Estoril IV - Bauru - SP - CEP: 17016-230.

Coberturas Básicas	LMI	Prêmio Líquido
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 400.000,00	R\$ 75,54
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 50.000,00	R\$ 144,99
Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 100.000,00	R\$ 18,27
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 25.000,00	R\$ 34,25
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 186,34
Recomposição de Documentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 18,27
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 100.000,00	R\$ 222,10

Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 23,03
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 34,25

- **O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.**

**1.2.6. Seccional Ribeirão Preto – Spasse Office** – Avenida Maurílio Biagi, 800 – 3º andar – conjunto 311, 312, 313 e 314 – Santa Cruz do José Jacques – Ribeirão Preto – SP – CEP: 14020-750.

<b>Coberturas Básicas</b>	<b>LMI</b>	<b>Prêmio Líquido</b>
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 1.500.000,00	R\$ 168,07
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 50.000,00	R\$ 125,81
Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 100.000,00	R\$ 18,16
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 300.000,00	R\$ 408,80
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 185,32
Recomposição de Documentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 18,16
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 100.000,00	R\$ 233,15
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 22,91
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 300.000,00	R\$ 408,80

- **O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.**

**1.2.7. Seccional Ribeirão Preto (inativo) – São Jorge** – Rua Américo Brasiliense, 284 - 8º andar - Conjunto 82, 84 e 86 - Centro - Ribeirão Preto - SP - CEP: 14015-050.

--	--	--

Coberturas Básicas	LMI	Prêmio Líquido
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 300.000,00	R\$ 99,47
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 25.000,00	R\$ 42,85
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 474,04
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 39,00
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 42,85

- O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.

**1.2.8. Seccional São José dos Campos – SKY Espaço Empresarial** – Rua Euclides Miragaia, 700 - 7º andar - salas: 71 72 e 74 - Centro - São José dos Campos - SP - CEP: 12245-820.

Coberturas Básicas	LMI	Prêmio Líquido
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 2.000.000,00	R\$ 221,03
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 50.000,00	R\$ 109,55
Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 100.000,00	R\$ 19,09
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 300.000,00	R\$ 502,06
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 197,28
Recomposição de Documentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 19,09
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 100.000,00	R\$ 279,07
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 26,75

Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 300.000,00	R\$ 502,06
---------------------------------	----------------	------------

- O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.

**1.2.9. Seccional São José do Rio Preto – General Center** – Rua do Glicério, 3173 – 4º andar – Conjunto 41 – Centro – São José do Rio Preto – SP – CEP: 15015-400.

Coberturas Básicas	LMI	Prêmio Líquido
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 600.000,00	R\$ 92,61
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 50.000,00	R\$ 109,90
Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 100.000,00	R\$ 18,28
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 300.000,00	R\$ 411,39
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 186,50
Recomposição de Documentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 18,28
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 100.000,00	R\$ 329,20
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 23,06
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 300.000,00	R\$ 411,39

- O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.

**1.2.10. Seccional São José do Rio Preto (inativo) – Bechara José Hage** – Rua Marechal Deodoro, 3011 – 7º andar – Conjunto 7 – Centro – São José do Rio Preto – SP – CEP: 15010-070.

Coberturas Básicas	LMI	
--------------------	-----	--



		<b>Prêmio Líquido</b>
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 600.000,00	R\$ 140,50
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 300.000,00	R\$ 441,99
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 321,46
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 30.000,00	R\$ 23,33
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 300.000,00	R\$ 441,99

- **O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.**

**1.2.11. Seccional Presidente Prudente – Central Barão** – Rua Siqueira Campos, 699 – 7º andar – Sala 77 – Centro – Presidente Prudente – SP – CEP: 019010-061.

<b>Coberturas Básicas</b>	<b>LMI</b>	<b>Prêmio Líquido</b>
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 600.000,00	R\$ 92,52
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 50.000,00	R\$ 137,03
Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 100.000,00	R\$ 18,27
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 300.000,00	R\$ 410,97
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 186,31
Recomposição de Documentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 18,27
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 100.000,00	R\$ 261,49

Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 23,03
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 300.000,00	R\$ 410,97

- O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.

**1.2.12. Seccional Araraquara – América Centro Empresarial** – Rua Padre Duarte, 151 – 6º andar – salas: 161 e 162 – Jardim Nova América – Araraquara – CEP: 14800-360.

Coberturas Básicas	LMI	Prêmio Líquido
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 650.000,00	R\$ 97,14
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 50.000,00	R\$ 138,44
Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 100.000,00	R\$ 18,33
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 300.000,00	R\$ 412,56
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 187,03
Recomposição de Documentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 18,33
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 100.000,00	R\$ 644,60
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 23,12
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 300.000,00	R\$ 412,56

- O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.

**1.2.13. Seccional Sorocaba – Torre Sul** – Rua José Maria Barbosa, 31 – salas: 51, 52, 53, 54 e 55 – Jardim Portal da Colina – Sorocaba – SP – CEP: 18047-380.

--	--	--

Coberturas Básicas	LMI	Prêmio Líquido
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 1.700.000,00	R\$ 183,46
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 50.000,00	R\$ 129,70
Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 100.000,00	R\$ 18,01
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 300.000,00	R\$ 405,45
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 183,81
Recomposição de Documentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 18,01
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 100.000,00	R\$ 256,92
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 25,25
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 300.000,00	R\$ 405,45

- O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.

**1.2.14. Setor Almoxarifado – Sorocaba** – Rua São Bento, 190 – 11º andar – Salas 111, 112, 113, 114, 115 e 116 – Centro – Sorocaba – SP – CEP: 18010-031.

Coberturas Básicas	LMI	Prêmio Líquido
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 600.000,00	R\$ 97,70
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 50.000,00	R\$ 138,83
Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 100.000,00	R\$ 19,28
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 300.000,00	R\$ 433,99

Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 166,74
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 100.000,00	R\$ 275,00
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 27,02
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 300.000,00	R\$ 433,99

- O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.

**1.2.15. Seccional Santos – Tribuna Square** – Rua Amador Bueno, 333 – 13º andar – salas 1301 e 1303 – Centro – Santos – SP – CEP: 11013-153.

Coberturas Básicas	LMI	Prêmio Líquido
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 2.000.000,00	R\$ 207,74
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 50.000,00	R\$ 102,96
Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 100.000,00	R\$ 17,95
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 300.000,00	R\$ 403,78
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 183,04
Recomposição de Documentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 17,95
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 100.000,00	R\$ 236,31
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 25,15
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 300.000,00	R\$ 403,78

- O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.

**1.2.16. Seccional Santos (inativo) – John F. Kennedy – Rua João Pessoa, 69 – 10º andar – sala 102 – Centro – Santos – SP – CEP: 11013-902.**

<b>Coberturas Básicas</b>	<b>LMI</b>	<b>Prêmio Líquido</b>
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 600.000,00	R\$ 153,17
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 300.000,00	R\$ 473,08
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 416,91
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 38,69
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 300.000,00	R\$ 473,08

- **O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.**

**1.2.17. Seccional Araçatuba – Vidal Araçatuba – Rua Osvaldo Cruz, 1 – 2º andar – salas: 21 e 22 – Centro – Araçatuba – SP -CEP: 16010-040.**

<b>Coberturas Básicas</b>	<b>LMI</b>	<b>Prêmio Líquido</b>
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 600.000,00	R\$ 92,71
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 50.000,00	R\$ 173,27
Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 100.000,00	R\$ 18,30
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 300.000,00	R\$ 411,81
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 186,69
Recomposição de Documentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 18,30

Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 100.000,00	R\$ 347,45
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 23,08
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 300.000,00	R\$ 411,81

- O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.

**1.2.18. Seccional Rio Claro – São Lucas – Rua 06, 1460 – 4º andar – sala: 41 – Centro – Rio Claro – SP – CEP: 13500-190.**

Coberturas Básicas	LMI	Prêmio Líquido
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 250.000,00	R\$ 63,94
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 50.000,00	R\$ 106,73
Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 100.000,00	R\$ 18,60
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 25.000,00	R\$ 34,88
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 189,74
Recomposição de Documentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 18,60
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 100.000,00	R\$ 362,59
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 23,45
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 34,88

- O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.

**1.2.19. Seccional Marília – Nações Unidas Executive Plaza** – Rua Bahia, 165 – 10º andar – sala: 102 – Centro – Marília – SP – CEP: 17501-080.

<b>Coberturas Básicas</b>	<b>LMI</b>	<b>Prêmio Líquido</b>
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, assistência empresarial.	R\$ 400.000,00	R\$ 75,54
Danos elétricos e curto-circuito.	R\$ 50.000,00	R\$ 161,87
Perda ou pagamento de aluguel.	R\$ 100.000,00	R\$ 18,27
Responsabilidade Civil – Geral.	R\$ 25.000,00	R\$ 34,25
Quebra de vidros.	R\$ 30.000,00	R\$ 186,34
Recomposição de Documentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 18,27
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração.	R\$ 100.000,00	R\$ 229,00
Impacto de veículo e queda de aeronaves.	R\$ 50.000,00	R\$ 23,04
Danos hidráulicos e vazamentos.	R\$ 25.000,00	R\$ 34,25

- **O valor da franquia não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do prejuízo.**

1.3. Os valores referentes à franquia deverão constar expressamente na Apólice ou em outro documento expedido pelas seguradoras, demonstrando claramente que os valores correspondentes às franquias se enquadram nos requisitos ora estipulados, sob pena de aplicação das sanções previstas em Lei, decorrente desta dispensa eletrônica e de rescisão unilateral da Apólice.

1.3.1. Fica expresso que as propostas de preços das proponentes devem atender o valor de franquia acima descrito. Sendo que, se alguma proponente apresentar valor de franquia acima da mencionado e for declarada vencedora, a mesma obriga-se a praticar os valores de franquia expostos neste termo de referência.

1.4. A apólice ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. A licitação será realizada em um único item por diversas razões que visam à simplificação do processo licitatório, à otimização da gestão do contrato e à maximização dos benefícios para a administração pública. São alguns exemplos:

**1.5.1. Facilidade de gestão contratual:** Ao realizar a licitação de seguro predial em um único item, a administração pública centraliza a contratação em uma única empresa, o que facilita a gestão do contrato. Isso elimina a necessidade de coordenação entre diferentes fornecedores, o que pode gerar confusão e aumentar a complexidade do acompanhamento da execução do seguro.

**1.5.2. Redução de custos administrativos:** Quando o seguro predial é licitado como um único item, os custos administrativos para o processo licitatório tendem a ser menores. Isso ocorre porque a licitação será mais simples, com um número reduzido de etapas, diminuindo a quantidade de documentação e processos que precisam ser analisados. Além disso, a contratação única evita custos adicionais com a contratação de múltiplos seguros, o que pode resultar em uma negociação mais eficiente e com condições mais vantajosas.

**1.5.3. Maior poder de negociação:** A contratação de um único seguro predial para todo o imóvel permite que a administração pública tenha um maior poder de negociação com as seguradoras. A contratação consolidada pode proporcionar condições mais favoráveis, como melhores coberturas, prêmios mais baixos e maior flexibilidade nas condições do contrato.

**1.5.4. Uniformidade na cobertura do seguro:** Ao licitar o seguro predial como um único item, assegura-se que toda a edificação será coberta pelas mesmas condições, sem discrepâncias entre as coberturas e cláusulas oferecidas por diferentes seguradoras para diferentes itens. Isso evita a fragmentação da cobertura do imóvel, que poderia resultar em lacunas ou sobreposição de coberturas, prejudicando a segurança do patrimônio público.

**1.5.5. Garantia de eficiência e prontidão no atendimento:** Em uma licitação de um único item, a seguradora contratada terá um compromisso claro e unificado com a administração pública para o atendimento de sinistros e situações emergenciais. Isso pode resultar em maior eficiência e rapidez no atendimento, visto que haverá uma única empresa responsável por todo o processo, ao invés de várias empresas com diferentes especializações, o que poderia prejudicar a agilidade da solução de problemas.

**1.5.6. Simplificação do processo licitatório:** O processo licitatório em um único item é mais simples e direto, evitando complicações jurídicas e administrativas que poderiam surgir ao se optar pela licitação em diversos itens. A prática de dividir o seguro em vários itens pode gerar litígios sobre responsabilidades e cobertura de riscos, o que é evitado quando a licitação é consolidada.

1.5.7. Dessa forma, a licitação de seguro predial como um único item promove maior eficiência, segurança e transparência, garantindo a correta proteção do patrimônio público com uma gestão mais simplificada e eficaz.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. O Core-SP - Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo, é uma autarquia federal fiscalizadora do exercício profissional, criada pela Lei nº 4.886/65. Trata-



se de um órgão consultivo, orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício da profissão de representante comercial nesse Estado.

O Core-SP é uma entidade dotada de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira e não recebe nenhuma subvenção do governo federal, tendo todo seu recurso alicerçado nos tributos pagos pelos representantes comerciais.

Conforme acima exposto, para que nossas **atividades finalísticas** sejam bem cumpridas, faz-se necessária a complementação com **atividades meio**, ou seja, aquelas que possibilitam e criam condições favoráveis para o funcionamento da Entidade.

A contratação de seguro predial para os imóveis do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo (CORE-SP) se justifica pela necessidade de garantir a integridade patrimonial e financeira da instituição frente a riscos que possam comprometer seus bens imóveis.

Considerando que os imóveis do CORE-SP representam ativos relevantes para o pleno funcionamento administrativo e institucional, é fundamental adotar medidas preventivas que assegurem a preservação desse patrimônio contra eventuais danos materiais decorrentes de sinistros, tais como incêndios, explosões, desastres naturais, vandalismo, roubo, furtos e outros eventos que possam comprometer a estrutura física e os bens móveis neles instalados.

Além disso, a contratação de seguro predial está alinhada com os princípios de gestão responsável e eficiente dos recursos públicos, garantindo que eventuais prejuízos causados por acidentes ou desastres não onerem o orçamento da instituição, permitindo a continuidade das atividades administrativas sem interrupções ou prejuízos financeiros significativos.

A escolha de uma apólice de seguro adequada possibilitará a cobertura dos principais riscos aos quais os imóveis estão expostos, oferecendo proteção abrangente e suporte rápido em casos de sinistros, o que contribui para a segurança e tranquilidade administrativa da gestão patrimonial.

Diante do exposto, solicita-se a formalização da demanda para contratação de seguro predial para os imóveis do CORE-SP, priorizando a escolha de apólices que ofereçam a melhor relação custo-benefício e cobertura compatível com as necessidades institucionais.

*Justificativa retirada do DOD nº 035/2025 de 12 de março de 2025.*

### 3. Descrição da solução

3.1. Contratar um seguro predial para imóveis é uma solução que oferece proteção contra uma série de imprevistos e danos que podem ocorrer em um edifício ou imóvel. Ele pode cobrir desde danos causados por incêndios, quedas de raios, furtos, até desastres naturais como alagamentos e tempestades. Além disso, dependendo da apólice, o seguro pode incluir danos a equipamentos e partes comuns do imóvel, como elevadores, escadas e fachadas.

### 3.2. Solução:

**3.2.1. Cobertura ampla:** O seguro predial cobre uma variedade de riscos, incluindo incêndios, explosões, roubos, danos elétricos, vendavais, quedas de raios, danos a terceiros, entre outros. Ele também pode abranger custos com reparos de emergências, e até o pagamento de eventuais custos legais caso alguém se machuque nas dependências do imóvel.

**3.2.2. Proteção de patrimônio:** O seguro oferece segurança financeira em casos de prejuízos graves, evitando que o proprietário ou o síndico tenha que arcar com altos custos de reparo ou substituição de bens.

**3.2.3. Assistência 24 horas:** Muitas apólices oferecem serviços de assistência, como reparos emergenciais (encanamento, eletricidade) ou apoio jurídico para resolver conflitos relacionados ao imóvel.

**3.2.4. Cobertura para inquilinos e condôminos:** Além do próprio imóvel, é possível que o seguro também cubra danos que afetem os inquilinos ou condôminos, como danos a bens pessoais dentro das áreas comuns.

### 3.3. Benefícios:

**3.3.1. Segurança financeira:** Em caso de eventos imprevistos, o seguro cobre os custos de reparos e perdas, o que evita que o proprietário ou o síndico precise desembolsar grandes quantias para resolver os problemas.

**3.3.2. Tranquilidade:** Sabendo que o imóvel está protegido contra riscos que podem causar danos sérios, os proprietários e habitantes têm mais tranquilidade para viver ou administrar o imóvel.

**3.3.3. Proteção de responsabilidade civil:** Caso alguém se machuque nas dependências do imóvel ou cause algum dano a terceiros, o seguro predial cobre as despesas com a responsabilidade civil, o que é essencial para evitar processos judiciais.

**3.3.4. Valorização do imóvel:** Imóveis com seguro geralmente são mais valorizados, pois oferecem maior segurança para quem deseja comprar, alugar ou investir.

**3.3.5. Cobertura de áreas comuns (no caso de condomínios):** Em condomínios, o seguro pode cobrir as áreas comuns, como o salão de festas, piscina, elevadores e garagem, garantindo proteção para todos os habitantes.

**3.3.6. Serviços adicionais:** Muitas seguradoras oferecem serviços adicionais, como assistência emergencial (chaveiro, encanador, eletricista), o que pode ser útil para resolver problemas cotidianos de forma rápida e eficiente.

**3.4.** Diante do exposto, contratar um seguro predial para imóveis é uma forma de garantir a segurança financeira do proprietário (ou síndico) diante de imprevistos, além de proporcionar mais tranquilidade para os habitantes e proteger tanto o patrimônio quanto a responsabilidade civil do imóvel.

## **4. Requisitos da contratação**

### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### **Da exigência de carta de solidariedade:**

4.2. Não é o caso.

### **Subcontratação:**

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto.

### **Garantia da contratação:**

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **5. Modelo de execução do objeto**

5.1 O presente contrato vigorará por prazo determinado de 1 (um) ano, iniciando-se na data de **18/04/2025** com encerramento em **18/04/2026**.

5.2 Findo o prazo do item 5.1, o contrato restará rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano

de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros. Preposto

6.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade. Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9. O fiscal designado pela Autarquia acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV). Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de

gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.24. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, são designados como pessoas responsáveis pelo acompanhamento da contratação os colaboradores:

Sr. Daniel Mitsuru Yasunaka, matrícula nº 354 (gestor), e-mail: [contratos.daniel@core-sp.org.br](mailto:contratos.daniel@core-sp.org.br) ;

Sr. Andreia Ribeiro de Queiroz nº 366 (fiscal), e-mail: [andreia.queiroz@core-sp.org.br](mailto:andreia.queiroz@core-sp.org.br);

Sr. Mirella D' Andrea Moreno, matrícula nº 038 (fiscal substituto), e-mail: [atendimento.seccionais@core-sp.org.br](mailto:atendimento.seccionais@core-sp.org.br)

## **7. Critérios de medição e pagamento**

7.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

### **Liquidação**

7.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.4. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.4.1. o prazo de validade;

7.4.2. a data da emissão;

7.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.4.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.4.5. o valor a pagar; e 7.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito da entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.12. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.13. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária. Forma de pagamento

7.14. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou por outro meio idôneo.

7.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Antecipação de pagamento**

7.18. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, instituído pelo Sistema de Dispensa Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1.1. O processo de contratação está fundamentado na Lei 14.133 de 1 de abril de 2021 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

### **Exigências de habilitação**

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

### **Qualificação Técnica**

8.20. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito

público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.20.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.20.1.1. Objeto compatível, similar ou correlatos da contratação.

8.20.2. O fornecedor deverá apresentar ao menos 6 (seis) meses de qualificação, tendo em vista o artigo 67, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

8.20.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.20.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.20.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.21. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.21.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.21.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.21.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.21.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.21.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.21.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.21.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.22. Certificação que autoriza a operação legal de empresas e profissionais no mercado de seguros - SUSEP.

### **Vistoria**

8.22. A avaliação prévia do local é indicada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por empregado público designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10h às 16h, até 02 (dois) dias úteis da abertura das propostas.

8.23. Para a vistoria, o representante legal da empresa, responsável técnico ou outro profissional que detenha conhecimento técnico suficiente para tal incumbência deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

8.24. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.25. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 22.956,35

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 22.956,35** (vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e cinco centavos), conforme custos apostos na tabela do item 1.1. deste Termo de Referência.

## **10. Adequação orçamentária**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em dotação orçamentária própria do Conselho Regional do Representantes Comerciais no Estado de São Paulo, para o exercício de 2025.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação: **6.2.2.1.1.01.04.04.024 - Seguros de Bens Imóveis.**

10.1.2 Centro de Custo: 01.02.003 - ATIVIDADE - Manter a estrutura operacional do atendimento; 02.01.002 - ATIVIDADE - Manter a estrutura operacional da gestão administrativa.

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do orçamento da respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

10.3 Em havendo a necessidade de um saldo maior, após o processo licitatório será realizada transposição orçamentária a fim de cobrir esses gastos.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Equipe de Planejamento

**GRAZIELLA PAULA ATUM DORTA**

Assessora Técnica em Licitações

Despacho: Demandante

**MERIELEN SILVA BRITO DOS SANTOS**

Coordenadora Administrativa